

Congresso se reúne só para criticar Itamar

■ Convocação extraordinária foi considerada inoportuna e os 50 parlamentares que compareceram poderão ficar sem o 'jeton'

Brasília — Josemar Gonçalves

SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco e o ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, foram duramente criticados ontem, na sessão extraordinária do Congresso, convocado apenas em consequência de erros que provocaram a reedição da Medida Provisória 334, que fixa regras para suspensão de processos de privatização. Para o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), o Congresso foi "jogado ao ridículo" ao realizar uma sessão solene para justificar um erro de "tecnocratas desatentos" do Palácio do Planalto. Para o líder do PT na Câmara, Wladimir Palmeira (RJ), houve um processo intencional para desmoralizar a Câmara e o Senado. Aos berros, o deputado Chico Vigilante (PT-MG) disse não entender como o ministro Hargreaves, assessor legislativo por tantos anos, concordou com a republicação da MP em data inoportuna. Compareceram à sessão, 32 dos 503 deputados e 18 dos 81 senadores.

O único a defender Itamar foi o mineiro Israel Pinheiro Filho: "O presidente pode cometer erros, mas antidemocrata ele não é". Apesar do presidente em exercício do Congresso, senador Chagas Rodrigues, ter anunciado a apresentação na próxima segunda-feira de um decreto legislativo proibindo o pagamento da ajuda de custo aos parlamentares pela convocação extraordinária, Wladimir Palmeira acusou Itamar de forçar uma convocação extra para que o plenário acabasse discutindo se os parlamentares merecem receber um salário por um dia apenas de trabalho. "Levando em conta a inteligência do presidente, atribuo-lhe a intenção de desmoralizar o Legislativo, porque não poderia acusá-lo de ignorância ou de má-fé", disse.

A sessão extraordinária durou uma hora, com duas interrupções. Chico Vigilante tentou colocar em votação o decreto legislativo impedindo o pagamento da ajuda de custo. Mesmo o presidente em exercício, Chagas Rodrigues, tendo garantido que na próxima segunda-feira o decreto será apresentado para votação neste mês, Vigilante disse que não acreditava que os parlamentares fossem dispensar o pagamento, a não ser que houvesse proibição expressa do plenário. Cada parlamentar teria direito a uma ajuda de Cr\$ 198 milhões pela convocação extraordinária. Como a convocação foi para apenas um dia útil, correspondendo apenas a uma sessão plenária, os 503 deputados e 81 senadores teriam direito a receber, mesmo sem comparecer.

Assim, para Chagas Rodrigues, o pagamento da ajuda referente ao subsídio do parlamentar "seria imoral e antiético, e tanto os presidentes da Câmara quanto do Senado, além dos líderes dos partidos, já assinaram o decreto legislativo que impede tal pagamento". O decreto, no entanto, terá que ser aprovado pelos plenários do Legislativo. Mansueto de Lavor chegou a sugerir a devolução da MP-334 ao Planalto para a correção dos erros, coincidindo a republicação com o início dos trabalhos na próxima segunda-feira. Segundo o Palácio do Planalto, a MP foi republicada porque haviam expirado seus 30 dias de vigência.



Menos de 10% dos 584 congressistas compareceram à sessão extraordinária que durou apenas uma hora